

AS CIDADES APÓS O NEOLIBERALISMO?

Neil Smithⁱ

Resumo: O artigo pretende demonstrar que, embora seja dado como morto, pois alguns de seus pilares foram desmontados em termos práticos e teóricos, o neoliberalismo continua com força econômica e militar. A escala urbana demonstra bem essa continuidade, onde a desregulamentação, o desemprego e a violência criaram um “caos urbano sistêmico” que não poupa sequer as cidades do centro do capitalismo.

Palavras-chave: neoliberalismo; crise urbana; conflitos militares; urban restructuring.

CITIES AFTER NEOLIBERALISM?

Abstract: This paper argues that neoliberalism is still a force to be reckoned with economically and militarily, even though some its foundations have been theoretically and practically shaken. That is demonstrated on the urban scale, in which deregulation, unemployment and violence have created a "systemic urban chaos" that does not spare even the cities at the center of capitalism.

Keywords: neoliberalism; urban crisis; military conflicts; restructuring.

¿CIUDADES DESPUÉS DEL NEOLIBERALISMO?

Resumen: El artículo pretende demostrar que, aunque sea dado por muerto, pues algunos de sus pilares fueron desmontados en términos prácticos y teóricos, el neoliberalismo continúa con fuerza económica y militar. La escala urbana demuestra bien esta continuidad, donde la desregulación, el desempleo y la violencia crearon un "caos urbano sistémico" del cual no escapan, ni siquiera, las ciudades del centro del capitalismo.

Palabras clave: neoliberalismo; crisis urbanas; conflictos militares; reestructuración urbana.

ⁱ Tradução de Ariane Melchior Nunes da Horta, Guilherme Chalo Nunes e Pedro Henrique Melchior Nunes da Horta. Originalmente publicado em Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 9-30.

*... compreendíamos posteriormente que
estivemos em contato com alguma coisa estranha e
valiosa. Havíamos vivido numa coletividade onde a
esperança era coisa mais normal do que a apatia ou
cinismo, onde a palavra “camarada” significava
camaradagem e não, como ocorre na maioria dos
países, mera conversa fiada.
Respiramos o ar da igualdade.
George Orwell, Lutando na Espanha*

O neoliberalismo foi uma jornada longa, difícil e violenta para milhões, se não bilhões de pessoas pelo mundo. A crise financeira que começou a se revelar em 2007 não só marcou, de certa maneira, o fim do neoliberalismo, como sugerido por alguns críticos, mas também acarretou em uma perspectiva mais ampla para aqueles que se preocuparam mais com o capitalismo *in toto* do que com sua variante especificamente neoliberal. Diferentemente das chamadas crises econômicas asiáticas de 1997-1999, quando as metáforas em vigor se referiam à ameaça de “contágio”, dez anos mais tarde a linguagem se referia a “ativos tóxicos”. A mudança de uma metáfora epidemiológica para uma ambiental pode ser sintoma de uma mudança política mais ampla nas ideologias dominantes, mas ambas as metáforas também expressam certa negação da gravidade das crises. Em 1997, “contágio” expressava o medo de que um outro corpo saudável (capitalismo europeu e norte-americano) fosse infectado pela doença econômica (Ásia); dez anos depois, a nova linguagem expressava um medo paralelo – ainda que menos especializado – de que um capitalismo saudável fosse poluído por uma toxicidade aberrante. Quando essa poluição de fato ocorreu – e o próprio capitalismo se tornou tóxico em escala global – os desesperados financistas de todo o mundo exclamaram espantados: “mas não é assim que o capitalismo deveria funcionar!”

A função e a situação das cidades mudaram significativamente durante o período neoliberal do capitalismo, que podemos datar mais ou menos desde a década de 1970. O propósito dos trabalhos neste volume é explorar, por meio de vários estudos de caso, algumas dimensões desta mudança, o caos urbano sistêmico que produziu e a expansão igualmente sistêmica do caos que acompanha de modo crescente a debilitação do

neoliberalismo.¹ Cada uma das cidades examinadas por esses autores oferece um relato bastante concreto, ainda que existam temas compartilhados. Os trabalhos foram apresentados em uma conferência no *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) em novembro de 2008, em um seminário chamado: “Depois do Neoliberalismo: Cidades e Caos Sistêmico”. Embora planejado meses antes, foi celebrado justo no momento em que a profundidade da crise global estava se tornando evidente e ocupava diariamente as manchetes de jornais ao redor do mundo. A atenção, contudo, ainda não se direcionava para o arrocho nas cidades, apesar de já evidente que o gatilho imediato (se não a causa definitiva) da crise estava nos mercados residenciais urbanos, isto é, nas hipotecas *subprime* nos Estados Unidos. A situação das cidades somente começou a receber destaque quando a crise começou a se infiltrar nos orçamentos estatais e a recair também sobre as municipalidades. Antes de abordar a questão das cidades, e tratar da transformação e do processo urbano contemporâneo, primeiramente é importante garantir que fique claro o significado do neoliberalismo, de sua história, substância e conflitos.

Neoliberalismo: morto, mas dominante

É inegável que em várias partes do mundo, desde os anos 70, do Chile a Londres, de Nova York a Xangai, as iniciativas neoliberais de direita dominaram as lutas políticas e ideológicas por corações, mentes e poder social. Existem exceções, mas nas últimas três décadas a esquerda foi amplamente derrotada e esmagada até mesmo quando chegou no poder. O edifício do neoliberalismo teve três pilares centrais: a exaltação do livre mercado econômico como a única moeda legítima de interação social; a concomitante (e parcial) desregulamentação de algumas funções de Estado e a revogação do projeto keynesiano de provisão de bem-estar e de suporte para reprodução social; bem como a santidade da propriedade privada junto à progressiva privatização de recursos sociais. Tudo isso veio junto com um *status* de veneração de lucros, ações, individualismo e

¹ Esse texto de Neil Smith, em sua publicação original, serviu como uma espécie de introdução aos demais artigos produzidos para uma série de conferências realizadas no *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) em novembro de 2008 (Nota dos tradutores).

capital financeiro – a “financeirização da vida cotidiana” (MARTIN, 2002). Também há de ser enfatizado que, apesar de o neoliberalismo certamente ter uma origem autodeclarada em economistas austríacos e americanos e, décadas depois, na política externa dos EUA e do Reino Unido, foi um fenômeno verdadeiramente global. Com poucas exceções, os líderes nacionais da Europa, África, Ásia e das Américas abraçaram o neoliberalismo como uma estratégia de classe que transcende por completo a raça; os líderes de Zimbábue, México, Chile e China contribuíram, tanto como o Reino Unido e os Estados Unidos, com o avanço do neoliberalismo. De fato, foram os ativistas políticos latino-americanos dos anos 70 que popularizaram o termo “neoliberalismo” como um epíteto crítico.

Desde o começo da crise econômica é igualmente inegável que os três dogmas do neoliberalismo foram amplamente anulados. Em primeiro lugar, o colapso do *subprime* e a consequente crise nos mercados de habitação ao redor do mundo golpearam o coração do regime de propriedade privada do neoliberalismo, cortando o nexo entre finanças e propriedade do capital; os ativistas de muitas cidades ocuparam propriedades abandonadas, enquanto os funcionários responsáveis do Estado e até mesmo instituições financeiras se recusaram a expulsá-los. Em segundo lugar, ainda que muitos serviços tenham sido cortados, alguns governos nacionais e locais foram forçados a reinvestir em moradia, desemprego e em outros benefícios sociais. Em terceiro lugar, o Estado tem promovido intervenções em várias economias, efetivamente nacionalizando bancos e algumas das maiores corporações industriais em diversos países onde a ideologia do neoliberalismo foi sacrossanta. Nos Estados Unidos, onde a crise começou, vários bancos foram efetivamente nacionalizados assim como duas das maiores companhias de automóveis. Em um determinado momento, o governo dos EUA, por meio de estímulos e planos de resgate, possuiu 79,9% da General Motors, uma das maiores corporações capitalistas; em junho de 2009, apenas 10% da General Motors era propriedade privada. Enquanto isso, com a campanha “Buy American”, o protecionismo começou a reflorescer nos Estados Unidos e em outros lugares. Eficazes ou não, os planos de estímulo do Reino Unido até a China e EUA envolveram vários níveis de investimento no estilo keynesiano em infraestrutura e suporte social.

Inegavelmente, a ideologia do neoliberalismo perdeu seu poder. Na prática, o neoliberalismo parece também perder todo seu ímpeto. Assim como o neoconservadorismo perdeu seu poder ideológico depois que a Guerra do Iraque fracassou, o neoliberalismo atualmente também não está gerando nenhuma ideia nova. Este não foi um processo repentino, mas ocorre há pelo menos uma década. Pelo menos cinco fatores contribuíram para esta perda de impulso político. Em primeiro lugar, a crise econômica asiática de 1997-1999 expôs a falha do neoliberalismo em seus próprios termos econômicos, convencendo vários defensores de alto nível, desde Joseph Stiglitz a Jeffrey Sachs, a lançar críticas fulminantes e *mea culpas*. Em segundo lugar, a emergência da oposição política, especialmente na América Latina, montou um significativo desafio para um conjunto de ideias e práticas econômicas que foram impostas ao continente desde o começo dos anos de 1970. Em terceiro, e mais importante, o movimento de antiglobalização do final dos anos 90 e começo dos anos 2000 – de Vancouver a Genova, Seattle a Cancún – também expôs a brutalidade e hipocrisia do neoliberalismo. Ainda que logo tenha se fragmentado, esse movimento merece um crédito considerável por traduzir a acusação ao neoliberalismo em um desafio aberto. Em quarto lugar, a Guerra do Iraque liderada pelos EUA e Grã-Bretanha, que apenas confundiu a guerra contra o terrorismo com a agenda política e econômica neoliberal, foi um drástico erro diplomático até nos próprios termos da administração de Bush, não mencionando a grande incompetência com a qual foi realizada. Nos primeiros anos do século XXI, um neoliberalismo então atrofiado, na melhor das hipóteses, foi preenchendo os interstícios geográficos e sociais de um projeto que havia estancado. O colapso econômico que se produziu em 2008, com a crise do *subprime*, e resultou na queda econômica global, foi apenas o último e quinto prego no caixão neoliberal. Apesar de um alívio na queda do mercado de ações, na primavera de 2009, ter encorajado alguns economistas e comentaristas dos EUA a prever uma atenuação da crise, outros, olhando de um âmbito mais global a queda da produção industrial e do comércio global, detectaram um declínio ainda mais acentuado do que o de 1929 que deu início à Grande Depressão (EICHENGREEN E O’ROORKE, 2009). Como sempre, é

evidente que a profundidade e extensão do declínio econômico é muito desigual ao redor do globo.

A ideologia neoliberal pode agora estar mortalmente ferida, mas não podemos ser tão precipitados ao declarar o fim do neoliberalismo como tal. Apenas se aceitássemos a autorrepresentação ideológica do neoliberalismo, isto é, que representou a retirada do Estado da economia privada e um retorno aos mercados puramente livres e à propriedade privada, faria sentido anunciar o fim do neoliberalismo em tudo, a não ser em termos ideológicos. Um neoliberalismo sem Estado foi seu próprio mito. Na realidade, o Estado, em várias escalas – nacional, local e global – contribuiu constantemente por meio de desregulamentações empresariais, despesas militares, políticas de habitação, política fiscal corporativa, desenvolvimento urbano, repressão social, políticas de “desenvolvimento” global e ampliação de seu próprio empreendedorismo para avançar o projeto neoliberal. Muitas das instituições e regulações dessa época se mantêm poderosamente firmes com muito poucas alternativas coerentes à vista. Assim, faz mais sentido tomar emprestada a feliz frase de Jürgen Habermas, aplicada nos anos 80 para o destino do modernismo, e concluir que o neoliberalismo está “morto, mas dominante” (HABERMAS, 1985; SMITH, 2008). O neoliberalismo está certamente em um estado de atrofia, mas seu poder econômico e militar perdura. Ele deixou para trás, e continua produzindo, um rastro de destruição humana, tanto nos barracos e favelas do mundo, como no meio ambiente, ou então nas pessoas despojadas por razões de classe, gênero, raça, nacionalidade ou por pertencerem a um povo indígena.

Revolução urbana – cidade global

A globalização e o neoliberalismo foram formulados como mundos gêmeos após a década de 1970, mas não foram gêmeos idênticos. Visto que o neoliberalismo representou uma ampla estratégia política, social e econômica – apropriação por uma classe do poder social no sentido mais amplo – a globalização compreendeu um componente econômico-geográfico um pouco mais estreito do que o projeto neoliberal.

A globalização não foi um fenômeno completamente novo como seus defensores tanto argumentaram – o capitalismo sempre foi um projeto global –, mas, do mesmo modo, uma certa crítica marxista que sugere que a globalização não trouxe nada de novo é também uma visão míope. A globalização representou uma nova variante do capitalismo, erodindo as barreiras econômicas estabelecidas pelo sistema de Estados nacionais – no fim dos anos de 1990 estava ficando cada vez mais difícil identificar as economias nacionais coerentes, separadas umas das outras. Isso estava obviamente imbricado com o projeto neoliberal mais amplo de privatizações e desregulamentações (pelo menos no que se refere ao capital), mas também trouxe um nível global de migração do trabalho que teve poucos precedentes. Isso de forma alguma sugere um mero fim do Estado-nação; em termos políticos e culturais, o oposto também pode acontecer. No entanto, isso sugere que o relacionamento das cidades com os Estados nacionais e com a cultura global e as políticas econômicas mudaram dramaticamente. Em 1970, Henri Lefebvre supôs que a urbanização veio a substituir a industrialização como um momento mundial histórico na produção de espaço (LEFEBVRE 1979; 1974). Ele desenvolveu um pouco mais esta ideia, mas como sempre foi elíptico sobre o que significava. Entretanto, pode ser que Lefebvre sentia algo que só agora está se tornando mais aparente. Ele começou seu livro, *A Revolução Urbana*, com a seguinte hipótese: “A sociedade foi completamente urbanizada” (LEFEBVRE 2003: 1). Essa foi uma característica hipérbole dialética de Lefebvre – apenas em 2005, de acordo com as Nações Unidas, a população passou a ser majoritariamente urbana – que servia para centrar o ponto de interesse de Lefebvre no que ele chamou de “revolução” urbana. Ao escrever em 1970, ele não podia deixar escapar a profundidade dos acontecimentos revolucionários de 1968 – de fato ele esteve centralmente envolvido neles – e mesmo assim, curiosamente, sua discussão de revolução urbana teve pouco a ver com aquela revolta contemporânea. Ao invés disso, acabou focando em histórias mais a longo prazo. A “problemática urbana”, como Lefebvre colocava, seria a história do futuro, e ele antecipou a ascensão do que chamou de “cidades globais”. O que a linguagem do mundo ou as cidades globais sugerem? O que era a cidade pré-global e o que faz a cidade especialmente global agora? A questão quase sempre

silenciada é que as cidades na história prévia do capitalismo foram primeiro e sobretudo criaturas de economias nacionais.

Não obstante, as ligações internacionais intensas que obviamente conectaram as cidades operavam como *loci* de produção e reprodução dos capitalismo nacionais. De fato, foi um axioma da teoria urbana no período do pós-guerra, de Lefebvre até Harvey, de Castells à teoria feminista, que qualquer que fossem suas funções, a justificativa para a cidade capitalista foi identificada primeiramente como o local da reprodução social vis-à-vis as economias nacionais. Com o dismantelamento do apoio de muitos Estados às políticas e programas de reprodução social, o neoliberalismo rompeu com este evidente nexos; mais precisamente, a globalização forjou um novo relacionamento entre cidades e a economia global que, em certa medida, ignora o Estado nacional. Não mais definido como o reservatório de trabalho para economias nacionais, as *regiões* urbanas são plataformas de produção crescentes para a economia *global* (SMITH 2002). Xangai e São Paulo, Mumbai e Cidade do México são cada vez mais os modelos para o futuro urbano, afastando Nova York, Londres e até Tóquio.

A questão aqui não é dizer que as cidades da Europa e da América do Norte ou Japão estão, de alguma maneira, tornando-se obsoletas; nem que elas estão isentas das relações reestruturadas entre as escalas globais, nacionais e urbanas. Certamente elas também estão se transformando em regiões de produção para a economia global enquanto continuam a reter funções de reprodução social e inúmeras outras, mas elas já não representam a vanguarda da mudança urbana. Talvez o sinal mais visível desta mudança é a proliferação de largas zonas industriais, zonas econômicas especiais invariavelmente adjacentes ou incorporadas a portos e aeroportos para facilitar o transporte. Enquanto que nos anos de 1970 só haviam poucas dúzias dessas zonas em vários países, hoje são vários milhares segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e elas são geralmente muito maiores. As maiores entre essas zonas especiais têm surgido na Ásia, da China até Dubai, mas elas são encontradas atualmente em todo o mundo. Estima-se que 30 milhões de trabalhadores chineses estavam empregados nessas zonas antes da crise econômica.

A emergência das zonas de comércio e das indústrias associadas com a globalização exemplifica outro aspecto do argumento de Lefebvre sobre a urbanização e a problemática urbana. Elas representam um segmento do programa que poderíamos chamar de “promoção imobiliária”². A construção das infraestruturas e instalações para tais zonas é em si um enorme investimento de bilhões de dólares em capital produtivo. De modo mais geral, a reconstrução dos ambientes urbanos – infraestrutural ou residencial, de lazer ou melhorias ambientais – veio desempenhar um papel mais centralizado na economia global. Como mostra a contribuição de Eva García Perez, Patricia Molina Costa e Emmanuel Rodríguez López, em nome do OBSERVATÓRIO METROPOLITANO (2009)³, a reforma de Madrid como cidade global tem envolvido muitos projetos massivos de promoção imobiliária que se relacionam não só com firmas globais de construção e desenvolvimento (em si mesmas um fenômeno relativamente novo), mas com o consumo do turismo global. A crescente e orquestrada gentrificação de bairros pobres na área central da cidade, como em qualquer lugar, parte deste processo.

E ainda assim a escala de tamanha reestruturação urbana e promoção imobiliária na Europa e na América do Norte é ofuscada diante do que ocorreu em outros lugares. Por um lado, podemos pensar na inédita escala de reconstrução em torno dos Jogos Olímpicos de Pequim de 2008, em que aproximadamente foram removidas um milhão de pessoas e podemos pensar também na reconstrução de Xangai para a Exposição Mundial de 2010 (ver ROSS, 2009) ou na renovação das docas e fábricas de Mumbai. Novamente, o amálgama entre desenvolvimento internacional de capital, gentrificação e turismo é central. Por outro lado, não é por acaso que a crise econômica global, a partir de 2007, foi impulsionada por uma crise das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos. Nisso foi bem diferente da Grande Depressão da década de 1930, que começou como uma crise inteiramente financeira. A crise desta vez deixou exposta a extensão sem

² *City building*, no original. Preferimos a tradução aqui por “promoção urbana”, seguindo a tradução comum de “city builders” por “promotores imobiliários”, embora a expressão original seja mais enfática no aspecto da produção do espaço urbano – numa tradução direta, “construção de cidades” (Nota dos tradutores).

³ Assim como as referências a seguir a Andrew Ross (2009), Raquel Rolnik (2009) e Mike Davis (2009), esta indicação do texto do Observatório Metropolitano se refere ao volume onde o artigo de Neil Smith foi originalmente publicado como uma espécie de introdução.

precedentes de como a promoção imobiliária vem se integrando à esfera do capital financeiro e vice-versa. Nenhuma destas consequências é inteiramente nova: as zonas industriais anteriores aos anos de 1970 e o capital imobiliário sempre estiveram unidos ao capital financeiro. O que é novo hoje é a intensificação e a conseqüente densidade destas relações unidas a um projeto maior de promoção imobiliária antecipado pela “problemática urbana” de Lefebvre.

A crise urbana sistêmica

Há uma longa história da migração rural-urbana, um processo tão velho quanto as próprias cidades. No entanto, quando as Nações Unidas anunciaram que, em 2005, a população do mundo seria, pela primeira vez, mais de 50% urbana, parecia que um importante limiar havia sido cruzado. Certamente, as migrações em massa para as cidades foram acompanhadas por rodadas anteriores de crescimento e desenvolvimento urbano, mas a escala das mudanças com o conseqüente desenvolvimento de populações urbanas na Ásia, América do Sul e, cada vez mais, na África, juntos da subsequente explosão da promoção imobiliária, tem sido, nas últimas duas ou três décadas, sem precedentes. Em muitos lugares, a migração rural-urbana compõe a maior parte do crescimento urbano, o que se encontra intimamente ligado ao novo papel das regiões urbanas dentro da globalização. Talvez a confirmação mais direta dessa nova situação veio no começo de 2009, na China. Sob o efeito da crise econômica global, a economia chinesa, que estava crescendo em uma média estimada de quase 10% anuais nos anos anteriores, reduziu-se a uma média estimada de apenas 6,5%. Ainda que esta pudesse ser uma taxa invejável em qualquer outra economia – a economia dos EUA estava declinando quase no mesmo ritmo – a contração produziu uma enorme perturbação na China e se estima que 20 milhões de trabalhadores urbanos foram sumariamente expulsos das cidades e enviados de volta para casa em aldeias de onde tinham vindo anos antes.

Várias dimensões da migração urbana recente e a conseqüente transformação urbana compõem hoje uma novidade. Em primeiro lugar, uma porcentagem crescente destes

fluxos migratórios agora ocorrem através das fronteiras nacionais, em lugar do interior destas. Isso não é sem precedentes, e as migrações dos séculos anteriores da Europa à América constituem um bom exemplo. Mas o que é novo, hoje, é mais uma vez a escala deste fenômeno e de sua extensão: centro-americanos e antilhanos que se deslocam para a Europa; asiáticos do Sul e filipinos se movendo para o Golfo; asiáticos do leste e sudeste se movendo em maior ou menor número para cidades em grande parte do mundo; leste-europeus se mudam para a Europa Ocidental; enormes migrações, muitas vezes forçadas, dentro da zona central da África Subsaariana central ou para fora do Iraque, e assim sucessivamente. Esta escala de movimentos globais tem sido facilitada, em parte significativa, não apenas pela disponibilidade de tecnologias de computadores e da comunicação desde os anos de 1980, permitindo um contato facilitado com as famílias, amigos, potenciais trabalhadores e colaboradores em casa e em todo o mundo, mas especialmente pela desregulamentação das transferências de divisas através das fronteiras nacionais, desde os anos 70 e 80. Antes disso, a maioria dos países estabelecia um rígido limite à possibilidade de envio de moeda estrangeira para indivíduos (o mundo dos negócios ficava significativamente isento). No caso da Grã-Bretanha, por exemplo, até o final dos anos 70 um indivíduo que viajasse para o exterior encarava limites de centenas de libras por ano em moedas estrangeiras, e qualquer troca de moeda ficava cuidadosamente registrada no próprio passaporte. Hoje, pelo contrário, a desregulamentação da moeda abriu toda uma nova economia global de remessas para casa por parte dos trabalhadores emigrantes e imigrantes que seria impossível três décadas antes. Cada bairro de imigrantes em cidades de todo o mundo tem seus escritórios da *Western Union* ou de empresas similares de transferência internacional de dinheiro.

A segunda dimensão da mudança diz respeito ao destino dos assentamentos informais e do setor informal nas cidades em um sentido mais amplo. Não é de surpreender, talvez, que essas mudanças são muitas vezes contraditórias. Ainda que tenha claros precursores, o amplo reconhecimento acadêmico de um setor informal nas economias sociais das cidades só ocorreu nos anos 70 e 80. Muitos desses trabalhos inicialmente eram provenientes da América Latina e, mesmo que as conexões entre a economia

formal e informal fossem rapidamente notadas (veja como exemplo MCGEE, 1976), foi a diferença entre esses setores, entretanto, que dominou a pesquisa. E isso é compreensível. A proeminente ascensão do setor informal estava baseada na crescente industrialização do setor “formal” de muitas economias do Terceiro Mundo no pós-guerra, como foram chamadas naquele momento (veja ROY e ALSAYYAD, 2004) e o contraste pareceu notadamente chamativo.

Entretanto, a combinação de globalização e neoliberalismo, a partir dos anos 80, mudou isso. Por um lado, o dismantelamento parcial ou completo dos direitos de importação e outras formas de proteção econômica e comercial nacional, imposto pelo Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, os acordos comerciais multi-estatais e outras instituições estatais globais e nacionais, transformou o setor informal, ainda que muitos pequenos empreendedores tenham lutado para “formalizar” suas atividades. Frequentemente com apoio material ou tácito de organizações específicas municipais, nacionais, globais ou de Organizações Não-Governamentais (ONGs) – subsídios estatais, programas de empréstimos em pequena escala, esquemas de microcrédito, provisão de infraestruturas e outros programas, muitas vezes fomentadas pela corrupção de uma economia crescentemente privatizada –, isso levou a uma indefinição muito mais incisiva dos limites entre os setores formais e informais. Para se ter um claro exemplo: se uma mulher ou grupo de mulheres estiver trabalhando em uma aldeia nos arredores de Hanoi, fazendo roupas em casa ou em um barracão fabril, e enviá-los regularmente e diretamente para um grande distribuidor multinacional na cidade, que vende as roupas para o Walmart, elas estão trabalhando no setor formal ou informal? Para se ter um segundo exemplo, o da habitação. Não é incomum achar um mercado de habitação estruturado e dividido por classes em zonas residenciais anteriormente informais, de modo que algo parecido a uma modesta gentrificação pode agora ser reconhecida em várias dessas áreas.

E o oposto também está acontecendo, talvez em uma escala muito maior. As mesmas estratégias e políticas do neoliberalismo e da globalização deixaram expostas as atividades no setor informal de muitas cidades aos fortes ventos da competição global por salários baixos e outras localizações preferíveis para a produção. Muitos que viviam

no limite do setor informal foram expulsos e a possibilidade de se ganhar a vida ficou cada vez mais espremida. O acesso ao trabalho, a materiais de construção ou à produção de bens, o acesso à água, cada vez mais privatizada (que não se pode piratear), ao cuidado infantil, aos serviços privatizados de saúde e educação, à proteção física, ao transporte – o acesso a todas as necessidades da vida diária foi crescentemente suprimido para milhões de pessoas sob o regime neoliberal. Ao mesmo tempo, os assentamentos informais onde elas vivem, cada vez mais densos e se espalhando pelas periferias das grandes metrópoles, têm ocupado terrenos livres, ainda que marginais, que poderiam ser utilizados por uma agricultura informal.

Todas essas mudanças e muitas outras são sistêmicas na medida em que são inerentes à transformação da economia social e política global. São menos o resultado de uma mudança global imposta de cima para baixo do que de um vetor integral de reestruturação em múltiplas escalas geográficas. O resultado é visto dramaticamente em *Planet of Slums*, de Mike Davis, que se pauta no anúncio das Nações Unidas de um mundo com maioria urbana e na estimativa de que talvez um bilhão de pessoas ao redor do mundo agora se encontra morando em barracos. Acumulando uma grande quantidade de dados, Davis constrói, às vezes com detalhes dolorosos, um retrato da exploração e da pobreza urbana espalhada em todo mundo. Uma sensação de ruína iminente e insustentabilidade planetária impregnam essa história.

Ainda que a maior concentração de favelas do planeta possa ser encontrada na Ásia, América Central e do Sul e África, a contribuição para este volume do Observatório Metropolitano deixa claro que, em paralelo com a globalização do trabalho, a explosão da forma urbana envolve a expansão da pobreza já existente e a expansão paralela também em bairros da Europa e, podemos também acrescentar, da América do Norte (veja também OBSERVATÓRIO METROPOLITANO 2007). Sempre houve setores e bairros informais no assim chamado núcleo [*core*], mas estes estão agora cada vez mais incorporados ao tecido físico e social. A imagem que emerge é de uma cidade bem mais dicotômica do que aquelas que provocaram as discussões sobre a cidade dual nos anos 80. Não são apenas as zonas gentrificadas do centro da cidade e os diversos enclaves e complexos enriquecidos pelos investimentos de capital e negócios que estão em

contraste com as crescentes favelas. Esta dualidade econômica geográfica existente da cidade contemporânea se intensificou, mas também foi endurecida pela infusão política de um novo regime de segurança. Comunidades fechadas, enclaves e loteamentos para os ricos, juntamente com a florescente segurança privada e transporte, são a norma para mais e mais “urbanitas” ricos; reforço na polícia patrulhando o espaço público, vigilância, contenção e a militarização do policiamento onde antes não estava militarizado são as novas normas para muitos dos pobres. Estes são obviamente os sinais geográficos de uma incisiva realidade social, a saber: os níveis de desigualdade entre os ricos e os pobres têm se expandido dramaticamente nas últimas duas ou três décadas. Isto não é verdade apenas na América do Sul e nos Estados Unidos, onde os índices de desigualdade já são altos desde os anos 70, mas ainda mais na Índia e ainda em Estados como a China e a Rússia, que renunciaram a um socialismo nominal por um capitalismo neoliberal.

Outro aspecto para esta crise sistêmica merece consideração. Na última década, ou antes, as mudanças climáticas tornaram a questão ambiental dominante em todo o mundo. É impossível estabelecer qualquer distinção clara entre causas naturais e sociais, se não por outros motivos, então pelo fato de que a mais pura distinção conceitual não pode ser aplicada efetivamente na realidade empírica. No entanto, a realidade desta advertência é certamente inegável e as últimas estimativas dessa crise são alarmantes. De acordo com um relatório preparado pelo grupo de estudos do ex-secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Fórum Humanitário Global, as mudanças climáticas talvez já sejam responsáveis por 300.000 mortes por ano e espera-se que o número suba para 500.000 até 2030. Os custos monetários são estimados em 125 bilhões de dólares por ano e pode subir mais de quatro vezes nas próximas duas décadas (VIDAL, 2009). Merecendo ou não, o tom das discussões públicas sobre as mudanças climáticas é apocalíptico, ainda que as ações para evitar as consequências pareçam fracas ou inexistentes. Em sua contribuição, Mike Davis (2009) junta-se à briga, desafiando as estimativas científicas mais pessimistas como sendo demasiadamente otimistas e promovendo uma imagem do caos planetário que ele sente como já inevitável. Ele ressalta que a grande maioria das vítimas são previsivelmente as mais vulneráveis, isto

é, elas virão do “mundo em desenvolvimento” (o grupo de reflexão de Annan estima em 99% das mortes resultantes e em 90% das perdas econômicas). Davis termina com uma conclusão mais otimista de que a ação social combinada organizada pode resolver o problema.

Se o problema deve ser atacado, é importante questionar severamente sobre o porquê de a questão das mudanças climáticas ter gerado tamanha adesão política global. Por exemplo, a epidemia global da malária chega a cerca de 1 milhão de vidas por ano, muitas delas crianças e também predominantemente em países em desenvolvimento, mas somente tem gerado uma fração dessa preocupação, ao menos no norte global, e nada de seus verborrágicos apocalípticos. Ou existem milhões de pessoas que morrem a cada ano, nas cidades do mundo, efetivamente pela pobreza. Mais ainda: à luz das afiadas críticas que marxistas, feministas, historiadores de ciência e outros desenvolveram à “ciência burguesa”, entre os anos 60 e 80, por que há tanto silêncio na esquerda quando diz respeito não apenas aos detalhes da relevante ciência climática, mas também a respeito de problemas maiores, como os interesses particulares dos cientistas em consequência do fluxo de fundos que eles recebem ou o contexto social da ciência nesses tempos neoliberais (em crise ou não)? Nada disso significa negar a realidade do aquecimento climático, menos ainda apoiar interesses corporativos evidentes com a sua negação. Em vez disso, com vistas a lidar com a crise, essas questões pretendem separar as estratégias reais de ação das quiméricas.

Da crise ao caos e de volta novamente

Com enfoques variados sobre cidades distintas como seu material bruto, os ensaios deste volume não parecem, à primeira vista, dar fortes esperanças de que as crises urbanas sistêmicas, fomentadas durante o momento neoliberal do capitalismo, provavelmente diminuirão. Muito pelo contrário. No presente contexto, a perspectiva é de que um neoliberalismo atrofiado – morto, mas dominante – amontoará o caos no topo da crise. Em muitos lugares, é evidente que isso já aconteceu e a linguagem da era neoliberal trai a si mesma. A linguagem dos “Estados falhados”, por exemplo, é

normalmente pronunciada em uníssono com a do caos civil e político; do Iraque à Somália e Paquistão, os próprios Estados – mais precisamente suas populações – são feitos para assumir a responsabilidade por desarticulações e exclusões do capital global que são parte constitutiva do caos.

Há de se ressaltar, no entanto, e isso se aplica nos ensaios incluídos aqui, que qualquer que sejam os pontos comuns e as relações conectando as cidades ao redor do mundo, elas vão experimentar o caos pendente em formas radicalmente desiguais. Madrid não é Xangai e Lagos não é Los Angeles. Cidades diferentes exemplificam distintas combinações de neoliberalismo e suas consequências, distintas combinações contraditórias de opulência para alguns e profunda pobreza para todos os outros, e o caos resultante não será diferente. Como o caos se desdobra em áreas urbanas específicas e, em que medida, terá muito a ver com a diferença entre as instituições políticas, sociais e econômicas e as relações existentes em diferentes cidades. Dependerá também de como as diferentes cidades responderão não só ao desenvolvimento em suas próprias regiões, mas para processos nacionais e globais dependerá do poder que as cidades têm, como também do poder político e econômico que elas podem obter a partir de instituições nacionais e globais. Politicamente é especialmente importante compreender a desigualdade deste caos iminente. O caso da pirataria na região costeira da Somália proporciona um excelente exemplo do porquê. Na Europa, na América do Norte e outros no *cockpit* do capitalismo global, a mídia e a classe política trataram a onda de pirataria no início de 2009 como pura barbárie incivilizada que faz lembrar o filme *Piratas do Caribe*. Era como uma aberração que parecia ratificar o estatuto da Somália como “Estado falhado”. Em grande parte não revelada era a história e o contexto em que pirataria surgiu. Na verdade, há vários anos, navios porta contêineres viajam principalmente da Europa, especialmente da França, despejando resíduos nucleares tóxicos no mar ao longo da costa da Somália. A morte do oceano rapidamente dizimou o modo marginal de vida de pescadores locais que, em retaliação, apoderavam-se dos navios exigindo um resgate por eles. (O único pirata até agora capturado pelos Estados Unidos é um pescador adolescente). Assim, na Somália, os piratas vieram a ser conhecidos como “a nova guarda costeira”.

Como um todo, a perspectiva de um caos que se amplia nas cidades do mundo não deveria ser apresentada como uma visão apocalíptica. Embora muitas vezes não seja difundido publicamente, o medo da revolta na esteira da crise econômica global é um terror profundamente enraizado nas classes dominantes no mundo. Em uma entrevista canadense, em 2009, Niall Ferguson, o apologista de Harvard do Império Britânico, previu que antes da crise ser resolvida “haverá sangue”. Antes de tudo terminar, ele continuou: “Isso será o estopim de guerras civis” e “vai derrubar governos [isso já aconteceu na Islândia e na Letônia] ... e trará governos extremistas”. (citado em SCOFFIELD, 2009). Agitação civil, interna e de outros tipos também ronda as mentes da CIA e do MI5 britânico e também as mentes dos militares de ambos os países. Por conseguinte, a CIA adicionou a crise econômica global em sua lista das principais ameaças à segurança.

Por mais autênticos que esses medos sejam, é difícil de antecipar, e ainda mais difícil de prever, as formas que esse caos pode tomar e onde ele ocorrerá (na iminente possibilidade de conflagração social nas cidades brasileiras, ver ROLNIK, 2009). Aqui, outra questão de linguagem se torna aparente. A retórica de “marginalização” e “exclusão” recentemente se tornou uma moda, um meio para lamentar a difícil situação daqueles que poderiam chegar a qualquer revolta ou resposta ao caos imposto oficialmente. Entretanto, na realidade, essa linguagem aparentemente compreensiva emana do próprio neoliberalismo, seja dos escritos do Banco Mundial ou das ONGs. Ela apresenta o mundo como uma dicotomia – aqueles felizmente que estão no centro (econômico e não geográfico) e aqueles que não estão – e achata qualquer diferença entre aqueles que estão “marginalizados”. Entretanto, o objetivo da organização política é, presumivelmente, o de fazer o árduo trabalho de constituir, por fora da extraordinária diferença, um “nós” que seja poderoso o suficiente para criar um tipo diferente de futuro.

Assim, a declaração feita por Ferguson e os movimentos da CIA e do MI5 também apontam implicitamente para o fato de que o futuro se tornou radicalmente mais aberto, de um modo que não era possível há uma década antes, no auge da hegemonia neoliberal. Enquanto o crescente caos sistêmico parece ser inevitável, os resultados

deste caos não são. Poderia ser um caos que traz uma forte (ou ainda mais forte) repressão estatal, ou poderia ser um caos que traz alternativas muito reais para a organização social. É improvável que a produção de alternativas urbanas ocorra tranquilamente, não será espontânea ou instantânea, por mais que seja certo que tais revoltas espontâneas serão produzidas. Em lugar disso, exigirá trabalho e organização. Se datarmos o começo da crise em 2007, há de ser dito, porém, que os sinais de uma oposição crescente estão esporadicamente presentes e que os distúrbios, da Grécia ao Peru, e da França à China rural, embora ligados retoricamente, não estão organizacionalmente articulados, apesar do Fórum Social Mundial e todo seu incerto futuro. Também há de ser dito que a construção de tal oposição coordenada será desafiada muito violentamente pela implementação de uma ideologia estatal de segurança que retrata trabalhadores em greve, migrantes, grupos étnicos, mães, juventudes enfurecidas, ambientalistas e ativistas antiguerras como ameaças “terroristas”. Ainda mais grave: os novos aparatos e tecnologias para severa repressão, desenvolvidos e justificados durante a chamada guerra ao terror (onde não estavam em evidência), estão disponíveis e prontos para serem utilizados contra qualquer oposição social e política. Eles são úteis, em outras palavras, para o recrudescimento do caos na repressão, em primeiro lugar, daqueles que estão lutando contra as fontes desse caos. O desafio agora parece ser esse: como entender claramente e se organizar em oposição ao caos iminente sem, ao mesmo tempo, provocar o pânico em nome de uma segurança que, ao transmitir um medo com muitas faces, age como uma poderosa forma de controle social; e sem, ao mesmo tempo, recorrer ao apocalipse e assim capitular diante desse medo. Esses lapsos – ceder ao pânico pela segurança ou recorrer ao discurso apocalíptico – teria o efeito de imobilizar qualquer oposição efetiva, seja por medo ou desesperança. Em vez disso, uma vez que o futuro urbano está, de fato, radicalmente aberto novamente, poderíamos fazer muitas coisas piores do que nos inspirarmos em Orwell para encontrar caminhos, não apenas retrospectivamente mas também prospectivamente, e adotar a esperança como “mais normal do que a apatia ou cinismo” e de respirar o “ar da igualdade”.

Referências bibliográficas

DAVIS, Mike. *Planet of Slums*. Londres: Verso, 2006.

EICHENGREEN, Barry; O'ROURKE, Kevin. *A Tale of Two Depressions*. Disponível em <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3421&ref=patric.net>. Acesso em jun. 2009.

HABERMAS, Jürgen. Modernity, A Incomplete Project. In: Foster, Hal (ed.): *Postmodern Culture*. Londres: Pluto, 1985, pp. 3-15.

HASAN, Arif. The Changing Nature of the Informal Sector in Karachi Due to Global Restructuring and Liberalization, and its Repercussions. In: Roy, Ananya; AlSayyad, Nezar (ed.). *Urban Informality. Transnational Perspectives from Middle East, Latin America and South Asia*. Lanham, Md.: Lexington Books, 2004, pp. 67-68.

LEFEBVRE, Henri. *La Révolution urbaine* Paris: Gallimard, Collection Idées, 1970.

_____. *La Production de l'espace*. Paris: Editions Anthropos, 1974.

_____. *Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

MARTIN, Randy. *Financialization of Everyday Life*. Filadelfia: Temple University Press, 2002.

MCGEE, Terry: The Persistence of the Proto-Proletariat: Occupational Structures and Planning for the Future of The Third World Cities. In: *Progress in Geography*, núm. 9 (1976), pp. 3-38.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. *Madrid: ¿la suma de todos? Globalización, territorio, desigualdad*. Madrid: Traficantes de sueños, 2007.

_____. Madrid. Explosión y crisis del modelo urbano. In: Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 31-42.

ROY, Ananya; ALSAYYAD, Nezar (ed.). *Urban Informality. Transnational Perspectives from Middle East, Latin America and South Asia*. Lanham, Md.: Lexington Books, 2004.

ROLNIK, Raquel. Confinamento o conflagración: metrópolis brasileñas al limite. In: SMITH, Neil; ROLNIK, Raquel; ROSS, Andrew; DAVIS, Mike. *Después del*

neoliberalismo: ciudades y caos sistémico. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 43-59.

ROSS, Andrew. Shanghai en el límite. In: Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009, p. 61-78.

SCOFFIELD, Heather. There Will Be Blood. In: *The Globe and Mail*, 10 abr. 2009.

SMITH, Neil. New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. In: *Antipode*, vol. 34, núm. 3 (2002), pp. 427-450.

107

_____. Neoliberalism is Dead, Dominant, Defeatable... Then What?. In: *Human Geography*, vol. 1.2, núm. 1-3, 2008.

SMITH, Neil; ROLNIK, Raquel; ROSS, Andrew; DAVIS, Mike. *Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. Barcelona: Ed. MACBA/UAB, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009.

VIDAL, John. Climate Change Creates New "Global Battlefield". In: *The Guardian Weekly*, 5-11 jun. 2009.